

T RAJETÓRIAS
E PERSPECTIVAS

Perspectivas antropológicas sobre o trabalho: conceitos, abordagens clássicas e transformações¹

Anthropological perspectives on work: definitions, classical approaches and transformations

Eeva Kesküla

School of Humanities, Tallinn University, Tallinn, Estônia

Cristina Teixeira Marins (tradutora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Neste artigo é apresentado um balanço sobre o conjunto de estudos sobre o trabalho, em especial, das abordagens antropológicas sobre o tema. O trabalho é um dos aspectos mais importantes da vida humana e é, ao mesmo tempo, produtor de sobrevivência, sistema de significados, moralidades e princípios organizadores da sociedade. Antropólogos estudam o trabalho em múltiplos contextos, desde sociedades pré-industriais a indústrias altamente tecnológicas. Algumas das questões centrais do estudo do trabalho estão ligadas ao modo como a revolução industrial molda relações entre casa e trabalho, reestruturando relações de gênero e parentesco e o uso do tempo. O processo de industrialização não se manifesta através dos mesmos padrões em contextos diferentes. A desindustrialização e a alta taxa de desemprego, por sua vez, levantam novas questões sobre o futuro do trabalho. Algumas das questões-chave para o campo da antropologia do trabalho inclui a divisão sexual do trabalho, as moralidades e identidades de grupos profissionais, motivações e formas de resistência.

Palavras-chave: Antropologia, Trabalho, Industrialização, Desindustrialização, Futuro do trabalho.

1 N. T. O texto a seguir é a tradução de uma versão inédita do documento “Labor, employment and work”, publicado na The International Encyclopedia of Anthropology em 2018. Nele, a professora e pesquisadora Eeva Kesküla trata das contribuições da antropologia aos estudos do trabalho, apresentando conceitos-chave do campo, recuperando abordagens clássicas do tema, abordando as transformações do mundo do trabalho e apontando questões fundamentais para a reflexão sobre o trabalho no futuro. Trata-se de um ponto de partida para estudantes das ciências sociais interessados na temática e também pesquisadores mais experientes, porém pouco familiarizados com o campo da antropologia dedicado ao trabalho. Ao tratar de temas fundamentais para os estudos sociais do trabalho, Kesküla busca dar destaque às contribuições da antropologia e da etnografia para o campo; ao fazê-lo, confere destaque a abordagens do trabalho que não se pretendem homogeneizantes, acolhendo, em vez disso, as múltiplas perspectivas, fissuras, contradições e ambiguidades presentes no campo empírico.

Recebido em 24 de junho de 2022.

Aceito em 19 de junho de 2022.



ABSTRACT

This article presents an overview of the study of work, especially literature in the anthropological field. Work is a means of producing livelihood, a system of meanings and moralities and principle of structuring societies. Anthropologists study work from preindustrial societies to contemporary high-tech industries. The key questions when studying work are related to how the industrial revolution shapes relations between home and work, restructuring relations of gender and kinship and how time use is restructured. Industrialization is not manifested by same patterns everywhere. Deindustrialization and high unemployment in the West bring about new questions about the future of work. Key themes in anthropology of work include gendered division of labor, morality of work and identity of professional groups, how people are made to work, resistance at the workplace.

Keywords: Anthropology, Work, Industrialization, Deindustrialization, Future of work.

INTRODUÇÃO

O trabalho é um dos aspectos mais importantes da humanidade, não apenas como modo de vida, mas como princípio organizador das sociedades. O trabalho participa de todas as nossas relações, começando por aquelas de âmbito mais individual e doméstico, alcançando também níveis mais abrangentes de coletividade e cumprindo papel importante em estruturas globais. O trabalho é um cultural universal e uma atividade inerentemente social. São centrais para a antropologia os diversos princípios de organização e divisão do trabalho, bem como as múltiplas motivações para que ele ocorra, de acordo com contextos históricos e culturais específicos.

Uma definição básica do trabalho poderia ser a seguinte: o trabalho é uma atividade intencional que requer um dispêndio de energia física ou mental. O trabalho transforma matéria física, ideias ou relações sociais; ele pode produzir sobrevivência material, prazer, reconhecimento social ou outros valores culturalmente reconhecidos. Além disso, ele sempre é moldado por certas estruturas sociais e culturais”. O termo “trabalho” possui um sentido mais amplo do que “emprego” – uma diferença que existe apenas em sociedades industriais capitalistas. Enquanto o emprego é remunerado, o trabalho pode ou não o ser. A questão do emprego e de sua antítese, o desemprego, ocupa uma posição de centralidade em sociedades capitalistas, com consequências para comunidades e indivíduos, mas também serve de estímulo

para novas ideias de organização alternativa da sociedade, numa era que tem sido caracterizada pelo “fim do emprego”.

Tradicionalmente, sociólogos refletem sobre o tema do trabalho focalizando sociedades industriais ocidentais e postos de trabalho assalariado ocupados por homens. Antropólogos, por outro lado, tendem a buscar uma abordagem mais abrangente das modalidades de trabalho, incluindo o trabalho doméstico não remunerado, formas de trabalho voluntário ou trabalho forçado, inseridas em diferentes sistemas de produção, que incluem desde os caçadores-coletores aos ambientes industriais modernos. A antropologia desafia a ideia de trabalho própria das sociedades ocidentais e busca enfatizar outras visões a seu respeito. Aliás, em sociedades não ocidentais, um termo genérico para designar trabalho nem sempre existe, uma vez que essa categoria abstrata emerge de uma forma particular de sistema econômico. Antropólogos estudam experiências de pessoas em busca de sustento, os significados e moralidades conferidos por grupos e indivíduos a diferentes formas de trabalho e o modo como o trabalho forja a noção de pessoa em diferentes sociedades. O trabalho pode ser estudado como um dentre vários outros aspectos de uma dada sociedade ou ainda ser tomado como foco central de um estudo. Antropólogos contemporâneos têm se debruçado, por exemplo, sobre caçadores-coletores, trabalhadores rurais, operários de grandes usinas e trabalhadores de *call centers* e bancos de investimento. Quando possível, antropólogos podem desempenhar eles mesmos o trabalho exercido nas comunidades que estudam.

O FOCO NOS ATRIBUTOS MORAIS DO TRABALHO NAS ABORDAGENS CLÁSSICAS

Antropólogos compartilham questões de base com filósofos e outros cientistas sociais quando indagam os motivos pelos quais as pessoas trabalham. Os significados e motivações por trás do trabalho vão além da questão econômica da sobrevivência. A tensão entre a necessidade de trabalhar, por um lado, e o sentimento de recompensa e satisfação que advém do trabalho, por outro, parece central a todas as sociedades, independentemente de seu modo de produção. O trabalho pode ser visto simultaneamente como fonte de sentido e como atividade entediante que elimina a liberdade humana – uma ambiguidade notada quando observarmos o desenvolvimento do trabalho em sociedades diversas. Estudos sobre o trabalho com múltiplos recortes temporais e espaciais mostram claramente as transformações de atitudes em relação ao trabalho. Na Grécia

Antiga, por exemplo, o trabalho era visto como atividade de prestígio, embora também fosse encarado como algo feito por necessidade, em vez de prazer. Mais tarde, o puritanismo encarou o trabalho como um serviço a Deus. Martinho Lutero percebia o trabalho como uma atividade moralmente positiva, deslocando uma associação tradicional entre trabalho e maldição. Ainda que não carregue necessariamente um componente religioso, permanece no mundo ocidental uma forte ética do trabalho.

Autores clássicos que abriram o caminho para o campo das ciências sociais contemporâneo também se engajaram com o tema do trabalho. Para Karl Marx, o trabalho é a atividade pela qual seres humanos produzem sua própria subsistência, algo inerente à condição humana. Marx percebeu a produção não como mera sequência de tarefas materiais, mas como um processo de engajamento com a natureza e, ao mesmo tempo, de reprodução de laços sociais que produzem objetos, relações e ideias específicas da sociedade. Em outras palavras, o trabalho, segundo esta perspectiva, não era um processo apenas material, mas também ideológico. Apenas em sociedades capitalistas o trabalhador se tornava alienado do trabalho, das relações e dos objetos que produzia.

O trabalho clássico de Max Weber (1992 [1905]) *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* apresenta um dos mais conhecidos argumentos sobre os aspectos morais relacionados ao trabalho no capitalismo. Weber argumenta que o capitalismo emergiu da crença calvinista na predestinação, segundo a qual já era determinado no nascimento se alguém seria salvo ou condenado. A prosperidade em vida, contudo, já seria um indicador do destino que seria alcançado através de trabalho duro e uma vida frugal. O autocontrole era praticado, e o desperdício de tempo, condenado, ecoando o aforismo de Benjamin Franklin: “tempo é dinheiro”. Weber argumentava que a moralidade do trabalho duro era baseada em credos religiosos que conduziram a emergência do capitalismo.

Malinowski, um dos fundadores da antropologia moderna, trata do tema do trabalho em sua discussão sobre agricultura nas Ilhas Trobriand. Em seu livro clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental* (2002 [1922]), faz uma crítica ao conceito de *homo economicus*, ao demonstrar que os trobriandeses não invocam o princípio do menor esforço. Em vez disso, os nativos descritos por Malinowski dedicam tal esforço e energia a suas lavouras que, para o antropólogo, seria desnecessário do ponto de vista utilitário. O esmero empregado no trabalho estaria, naquele contexto, ligado ao prestígio social:

O nativo de Trobriand trabalha de maneira irregular, preocupa-se muito em dar remate estético ao preparo e à aparência geral de seu lote de terra, e o trabalho aparece frequentemente como um fim em si mesmo. É guiado primariamente não pelo desejo de satisfazer suas necessidades vitais, mas sim um complexo sistema de deveres e

obrigações, de forças tradicionais, de crenças mágicas, ambições sociais e vaidade. Enquanto *homem*, ele deseja alcançar prestígio social como um bom lavrador e, de maneira geral, como bom trabalhador. (MALINOWSKI, 2002 [1922], p. 47).

INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO

Entre os tópicos centrais para o campo da antropologia dedicado ao mundo do trabalho está sua transformação em virtude da industrialização e da desindustrialização. Uma das principais mudanças ligadas aos dois fenômenos diz respeito ao espaço da casa e do trabalho e à forma como gênero e parentesco se estruturam. Outra mudança acarretada pela industrialização e desindustrialização ocorre na estruturação do tempo do trabalho e do não trabalho. Numerosos estudos históricos se dedicam aos impactos da Revolução Industrial na Inglaterra e em outros países ocidentais. Antropólogos, por sua vez, também observaram esses impactos no Sul Global. Esses estudos demonstram que a industrialização não segue o mesmo padrão em toda parte, mas está sujeita a variações, mudanças e revoluções, além de depender do tempo, da economia global e de particularidades locais.

Há um pressuposto vastamente difundido de que a industrialização provocou uma separação crescente entre casa e trabalho, à medida que o trabalho agrícola era substituído pela produção situada fora do espaço doméstico. Tendo em conta a análise da industrialização nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, Carrier (1992) esboça um modelo que descreve um processo de crescente alienação dos processos de produção e das relações de produção, desvinculando o local de trabalho de laços sociais duradouros. Seu modelo é baseado na distinção entre duas formas de vida social. Em uma delas, as pessoas são ligadas umas às outras por vínculos de obrigações duráveis definidoras de sua identidade. Na outra, as pessoas se relacionam através de referenciais e instituições abstratas e impessoais.

Juntamente com a crescente separação entre casa e trabalho, a divisão do trabalho por gênero também foi alterada nos países em fase de industrialização entre os séculos XVIII e XIX. Mulheres e crianças se tornaram menos envolvidas no trabalho assalariado fora do ambiente doméstico e o modelo da família com um único homem provedor se tornou progressivamente hegemônico. Produzia-se, então, um contraste em relação ao modelo pré-industrial, período em que inexistia a ideia de que o trabalho assalariado era superior ao trabalho doméstico. Ainda assim, a separação entre os espaços da casa e do trabalho parece não ser tão nitidamente demarcada no mundo capitalista dos dias de hoje. É o caso, por exemplo, das empresas familiares

em que o capital é transmitido através de relações de parentesco. Adicionalmente, ainda que o pressuposto fosse de que a industrialização e a urbanização acarretariam um abandono das estruturas e dos laços sociais nos povoados, antropólogos da Escola de Manchester constataram que, em cidades africanas, dois sistemas de valores (tradicional e urbano) foram mantidos lado a lado. Na nova situação de industrialização e migração ligada ao trabalho, sistemas tribais e de parentesco foram, na verdade, fortalecidos em vez de enfraquecidos. Criava-se, assim, um sistema complexo de reprodução da força de trabalho por meio de movimentos circulares entre a cidade e o campo.

Estudos antropológicos conduzidos em fábricas também acompanharam outros cenários de industrialização na Ásia da segunda metade do século XX. Nesses estudos, consta que jovens mulheres eram frequentemente contratadas para trabalhar em fábricas como mão de obra disciplinável. Os efeitos causados pelo movimento de jovens mulheres que deixavam o campo em direção às fábricas são múltiplos e contraditórios. Por exemplo, a etnografia conduzida por Ong (1987) junto a mulheres que migraram para trabalhar na Malásia mostra como elas ganharam maior autonomia em relação a suas famílias – inclusive ganhando o direito de escolher, elas próprias, seus namorados – por controlarem seus salários. Dentro da fábrica, por outro lado, o trabalho não era emancipatório, e as mulheres eram traumatizadas por uma rotina rígida sob a supervisão contínua dos homens dentro das fábricas. Já o estudo de Wolf (1992) aborda a experiência de jovens operárias javanesas, cujas condições de exploração no campo eram tão ruins quanto as observadas no trabalho nas fábricas. Estudos como esses mostram como as relações de parentesco seguem influenciando as relações de trabalho no capitalismo, além de apontar como a experiência da industrialização está sempre entrelaçada com questões de gênero.

TRABALHO, JORNADAS E PERCEPÇÃO DO TEMPO

Processos de industrialização e desindustrialização não estão apenas ligados a novas formas de reestruturação do espaço, mas também do tempo, incluindo questões como as horas dedicadas ao trabalho, a divisão entre tempo de trabalho e de lazer e o ritmo do trabalho. Para além de se relacionar com aspectos tecnológicos e econômicos, o tema do tempo ainda está ligado a moralidades particulares e questões éticas. Ademais, o tema implica o nexo entre produção e consumo e a questão do tempo necessário dedicado a satisfazer as necessidades dos

indivíduos – tanto aquelas ligadas aos aspectos materiais de sobrevivência quanto as ligadas aos desejos culturalmente construídos. A questão do tempo de trabalho perpassa desde sociedades caçadoras-coletoras até sociedades modernas que experimentam escassez de postos de trabalho no século XXI. O tempo dispensado ao trabalho é um tema clássico na antropologia, não apenas relacionado a sociedades industrializadas.

Sahlins (1974) considera os caçadores-coletores a “sociedade afluyente original”, e uma interpretação comum do conceito encara uma sociedade afluyente como aquela na qual as necessidades materiais das pessoas são facilmente satisfeitas. Segundo essa lógica, caçadores são afluentes porque é fácil satisfazer suas poucas necessidades. Em lugar de encarar os caçadores-coletores como pobres ou como pessoas que trabalham incessantemente, Sahlins demonstra como os caçadores, na verdade, trabalham menos do que as pessoas das sociedades ocidentais. Sahlins cita exemplos numerosos de sociedades coletoras-caçadoras na Austrália e no continente africano em que o tempo de trabalho diário de homens e mulheres não excede as cinco horas diárias. Uma vez adquirida uma quantidade de comida suficiente para a subsistência, o trabalho é interrompido, deixando um tempo restante para o lazer. Em vez de utilizar o trabalho para a acumulação, as sociedades examinadas por Sahlins subutilizam, de acordo com as normas predominantes em sociedades ocidentais, os recursos disponíveis. Sociedades caçadoras-coletoras que vivem próximas a sociedades agrícolas rejeitam este modo de vida com base na ideia de que a energia e o tempo dispendidos nas lavouras não compensam.

As rotinas de trabalho de camponeses e artesãos anteriores à industrialização também foram muitas vezes descritas como razoavelmente brandas. Pesquisas recentes, contudo, indicam que uma divisão do trabalho por gênero colocava um fardo maior sobre as mulheres. Pahl (1988) observa uma tendência à romantização do trabalho no período que antecedeu a Revolução Industrial, como uma manifestação de uma comunidade camponesa idílica. Ele conclui que é improvável que no passado as pessoas gostassem mais de trabalhar, mas admite a possibilidade de que havia mais tempo livre do que atualmente.

Em seu trabalho clássico sobre a era industrial, E. P. Thompson (1967) argumenta que o maquinário moderno de produção e o capitalismo introduziram novas percepções do tempo, além de novas formas de disciplinar o trabalho. No mundo pré-industrial, o trabalho era orientado por tarefas e ditado pelo tempo da natureza. O labor intenso era alternado com longos períodos de ócio, e não havia uma divisão rigorosa entre trabalho e vida. O novo tempo industrial, aliado às ideologias puritana e burguesa, que encorajavam um maior uso do tempo para o trabalho, uma organização do tempo rigorosa e uma diferenciação maior entre tempo de trabalho e ócio, gradualmente mudaram a vida inglesa no século XVIII. Como na produção fabril, uma maior

sincronização de tarefas se tornava então necessária, e isso requeria uma nova abordagem do tempo. As pessoas não trabalhavam para si mesmas, mas para um empregador – e isso produzia uma distinção entre tempo privado e tempo do empregador. O resultado disso também foi uma divisão mais rígida entre casa e trabalho, lazer e trabalho, vida pública e privada.

Jonathan Parry (1999) mostra em sua etnografia de uma usina siderúrgica na Índia que trabalho e vida pessoal não são esferas tão estritamente separadas quanto propõe Thompson. Isto porque o absenteísmo nas usinas era alto – o que fazia com que gerentes precisassem negociar e persuadir trabalhadores a cumprir suas tarefas com pouco poder coercitivo. Adicionalmente, o trabalho operário, naquele contexto, não era tão duro quanto o trabalho agrícola. Nas usinas, a marcação de tempo era flexível, as tarefas, intermitentes, e havia várias oportunidades para o carteadado, a leitura ou o chá com os companheiros. Algumas funções eram marcadamente duras, mas a quantidade de tempo dedicado a elas não ultrapassava duas ou três horas por turno. Por conseguinte, como no caso do espaço, antropólogos mostraram que novas formas de estruturar o tempo talvez não tenham sido tão radicais como se poderia supor.

FUTURO DO TRABALHO

Valores contraditórios do capitalismo moderno se manifestam, por um lado, na expectativa generalizada de que o trabalho seja uma atividade edificante na qual se espera que a população se engaje enquanto, por outro lado, capitalistas aspiram a inovações tecnológicas que sejam eficientes a ponto de facultar a eliminação do trabalho humano. Tendências mais recentes do trabalho no século XXI incluem maior flexibilização do trabalho, mas também um aumento do processo de precarização a que são reduzidos os postos de trabalho de período integral associado a garantias sociais. O declínio do emprego, em especial após a crise econômica de 2008, reacendeu discussões em torno do fim do trabalho e formas alternativas de organizá-lo. De modo crescente, reconhece-se que no mundo ocidental não haverá, daqui para frente, trabalho em tempo integral para todos. Com efeito, se, numa época anterior, os países em desenvolvimento procuravam seguir países ocidentais, buscando completar o ciclo de industrialização, agora assistimos a um movimento contrário, à medida que países industrializados seguem o resto do mundo num processo de crescente insegurança e escassez de trabalho remunerado (BREMAN, 2013).

A avaliação de crescimento da precariedade também tem sido abordada pelo sociólogo

Ulrich Beck (2000), que acredita que, na Europa, será maior a incerteza relacionada ao trabalho, e apenas uma minoria terá acesso a empregos estáveis. Já o economista Guy Standing (2011) estima que o fim do trabalho resultará na emergência de um precariado global: uma classe desprovida de empregos estáveis e identidade ocupacional. Nessa nova situação de declínio da estabilidade, também é produzida uma nova temporalidade, afastada daquela marcada pela indústria descrita por Thompson. Aumenta a pressão do tempo sob o precariado, que realiza vários trabalhos simultaneamente e exerce suas atividades laborais por períodos mais longos. O fenômeno é consequência do achatamento de renda dos últimos anos, mas também está presente entre as classes assalariadas com outros aspectos de precariedade. É o que demonstra, por exemplo, Karen Ho (2009), em sua etnografia realizada entre trabalhadores de Wall Street. O precariado não possui controle sobre o próprio tempo e, mesmo quando se encontra oficialmente fora do trabalho, precisa estar disponível.

O fim do trabalho assalariado tem suscitado ideias utópicas como as do filósofo Andre Gorz (1999). Este autor propõe que, uma vez que há menos trabalho para todos, os indivíduos devem trabalhar menos horas, dedicando mais tempo livre a atividades de lazer e trabalho comunitário, fortalecendo laços sociais e produzindo uma sociedade mais coesa. Em direção semelhante, o antropólogo David Graeber (2013) faz um resgate da previsão feita por Keynes em 1930, segundo a qual o final do século seria marcado por avanços tecnológicos que permitiriam aos habitantes de países como os Estados Unidos e o Reino Unido trabalhar não mais do que 15 horas semanais. Embora os avanços tecnológicos que potencialmente dispensassem longas jornadas de trabalho tenham de fato ocorrido, o antropólogo chama atenção para o fato de que, no início do século XXI, não apenas trabalhamos mais do que nunca, com frequência desempenhando tarefas que secretamente avaliamos como inúteis, no entanto – o que provoca grandes prejuízos em termos morais. À medida que os postos de trabalho no setor produtivo diminuíram, o número de postos de trabalho burocrático, administrativo, de vendas e de serviço, por outro lado, triplicou. Assim, em vez de a tecnologia gerar mais tempo livre, acabou criando um grande volume de atividades profissionais suplementares que, para um número considerável das pessoas que as desempenham, são desprovidas de sentido e não deveriam existir. É isto que Graeber chama de “*bullshit jobs*”.

O fenômeno denominado “fim do trabalho” cria uma situação em que o trabalho segue alinhado a princípios morais da ética protestante no mesmo momento em que as atividades que correspondem a essa ética não existem mais. O emprego em tempo integral remunerado se afasta cada vez mais da realidade do mundo laboral. Como demonstrado por Sveta Roberman (2014) em sua pesquisa recente sobre programas de criação de emprego na Alemanha, o conceito de

emprego foi reduzido ora a um mito, ora a uma simulação. Políticas que procuram reintegrar desempregados à força de trabalho são baseadas em estruturas antigas e, na ausência de postos de trabalho reais que incluam a realização de tarefas relevantes em termos sociais, entra em jogo um processo de simulação do trabalho.

Diversos filósofos têm argumentado que existe uma maneira de reorganizar a sociedade nesse contexto de escassez de postos de trabalho. Para que isto ocorra, as pessoas precisam pensar de maneira diferente sobre o trabalho, distanciando-se da definição estreita do trabalho ligado ao capitalismo industrial, que associa o trabalho ao assalariamento.

OUTROS TÓPICOS-CHAVE PARA ANTROPOLOGIA DO TRABALHO: REMUNERAÇÃO, MOTIVAÇÃO E PRESTÍGIO

Sistemas econômicos diversos articulam diferentes formas de motivar e coagir pessoas a trabalhar. Estão incluídos aí desde a escravidão, a servidão e outras formas de trabalho forçado até formas monetárias de pagamento ou recompensas não materiais que motivam pessoas a trabalhar por prestígio ou reconhecimento social.

Ao lidar com versões contemporâneas da escravidão, antropólogos observam modalidades de trabalho forçado em que os trabalhadores permanecem presos a um mesmo empregador, por exemplo, após a contração de dívidas. Também são observados múltiplos modos de pagamento, incluindo assalariamento mensal e pagamentos em espécie. A dinâmica do trabalho é alterada de acordo com as regras de remuneração: uma etnografia clássica (BURAWOY, 1982) conduzida em uma fábrica americana, por exemplo, mostra que, num sistema que atrelava a remuneração ao número de peças produzidas, os trabalhadores encaravam o trabalho como uma espécie de jogo, superando o tédio das tarefas repetitivas e conferindo um novo sentido às atividades. Além de garantir um rendimento maior aos trabalhadores naquele contexto, o jogo também os estimulava a trabalhar mais, o que resultava numa lucratividade maior aos gerentes e na produção de um consentimento com um regime de trabalho capitalista desprovido de coerção explícita.

As noções de remuneração e merecimento estão relacionadas a diferentes moralidades de uma sociedade. Por exemplo, apesar de uma estagnação salarial entre trabalhadores sem ensino superior nos Estados Unidos desde 1970, a ideia de um piso salarial atrelado aos custos de vida é considerada imoral, devido a um atributo cultural que dita que as condições de subsistência

devem ser garantidas através do trabalho duro, em vez de garantidas por regulamentações estatais (KARJANEN, 2010). Em certas economias, o salário pode ser um dentre várias fontes de renda, podendo inclusive ser complementado com trabalhos da chamada “economia informal”.

Para além do trabalho remunerado, existem diversas formas de trabalho não pago, a exemplo do trabalho doméstico, do cuidado de familiares, de estágios não-remunerados e do trabalho voluntário ou comunitário. O trabalho doméstico é especialmente associado à divisão do trabalho por gênero, e as mulheres o realizam com frequência, enquanto homens são assalariados no sistema capitalista. Acadêmicas feministas têm argumentado que, em um dado estágio do desenvolvimento do sistema capitalista, a distinção entre as fábricas e o restante da sociedade colapsou a ponto de tornar diretamente toda relação social numa relação de produção (FEDERICI, 2012). Nesse sentido, o trabalho doméstico também deveria ser encarado como integrante do processo de produção capitalista e, portanto, remunerado tal qual o trabalho realizado fora de casa. O trabalho doméstico envolve o cuidado (de crianças, por exemplo) – uma carga de trabalho que recai sobre as mulheres majoritariamente e muitas vezes se soma à carga de trabalho fora de casa.

O valor atribuído a um tipo particular de trabalho varia de acordo com a localização onde é exercido. Por exemplo, trabalhadores de fazendas coletivas situadas no Quirguistão acreditam que atividades realizadas para o benefício comunitário são nobres e preferem trabalhar para si mesmos a trabalhar para um empregador externo. Quando se sentem obrigados a trabalhar para pessoas com quem esperam criar laços de solidariedade, estes trabalhadores preferem fazê-lo no país vizinho (FÉAUX DE LA CROIX, 2014). Trabalhos etnográficos também registram que os trabalhadores atribuem sentidos particulares ao trabalho manual, desprestigiado na sociedade de maneira mais ampla. É o caso dos trabalhadores que atuam em minas na Estônia, que acreditam desempenhar atividades moralmente superiores àquelas realizadas nos escritórios por desempenharem um trabalho físico capaz de criar um benefício tangível para a sociedade: a eletricidade. Esses mineiros entendem que, por sacrificarem sua saúde e doarem seu trabalho para a sociedade, deveriam receber respeito e salários decentes em troca. Em profissões que envolvem riscos físicos, a exemplo da mineração, um senso de comunidade e camaradagem é construído em torno de práticas laborais compartilhadas e da socialização após o trabalho (KESKÜLA, 2015).

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University Of Chicago Press, 2013.
2. BECK, Ulrich. **The brave new world of work**. Cambridge: Cambridge Univ Press, 2000.
3. BURAWOY, Michael. **Manufacturing consent: changes in the labor process under monopoly capitalism**. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1982.
4. BREMAN, Jan. A bogus concept. **New Left Review**, London, n. 84, pp. 130-138, 2013. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii84/articles/jan-breman-a-bogus-concept>. Acesso em: 12 jul. 2022.
5. CARRIER, James. Emerging alienation in production: a maussian history. **Man**, Charlottesville, v. 27, n. 3, p. 539-558, 1992.
6. FÉAUX DE LA CROIX, Jeanne. After the worker state: competing and converging frames of valuing labor in rural Kyrgyzstan. **Laboratorium: Russian Review Of Social Research**, Saint Petersburg, v. 6, n. 2, p. 77-100, 2014. Disponível em: <https://soclabo.org/index.php/laboratorium/article/view/361/0>. Acesso em: 12 jul. 2022.
7. FEDERICI, Silvia. **Revolution at point zero: housework, reproduction, and feminist struggle**. San Francisco: PM Press, 2012.
8. GORZ, André. **Reclaiming work: beyond the wage-based society**. Cambridge: Polity, 1999.
9. GRAEBER, David. On the phenomenon of bullshit jobs. **Strike! Magazine**, Tallahassee, v. 1, n. 3, p. 10-11, 2013. Disponível em: <https://www.strike.coop/bullshit-jobs/>. Acesso em: 12 jul. 2022.
10. HO, Karen. **Liquidated: an ethnography of Wall Street**. Durham: Duke University Press, 2009.
11. KARJANEN, David. Opposition to the living wage: discourse, rhetoric, and American exceptionalism. **Anthropology Of Work Review**, v. 31, n. 1, p. 4-14, 2010. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1548-1417.2010.01037.x>. Acesso em: 12 jul. 2022.
12. KESKÜLA, Eeva. Reverse, restore, repeat! dynamics of class and ethnicity and the Russian-speaking miners of Estonia. **Focaal**, New York, v.1, n. 72, p. 95–108, 2015. Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/focaal/2015/72/focaal720108.xml>. Acesso em: 12 jul. 2022.

13. LINDENBERGER, Thomas. Eigen-Sinn, domination and no resistance. *Docupedia-Zeitgeschichte*, Leibniz, v. 1, n. 1, [n. p.], 2015. Disponível em: https://docupedia.de/zg/Lindenberger_eigensinn_v1_en_2015. Acesso em: 12 jul. 2022.
14. MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the western pacific**: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge, 2002 [1922].
15. MOLLONA, Massimiliano. Gifts of labour. Steel production and technological imagination in an area of urban deprivation, Sheffield, UK. **Critique Of Anthropology**, London, v. 2, n. 25, p. 177-198, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308275X05052022>. Acesso em: 12 jul. 2022.
16. ONG, Aihwa. **Spirits of resistance and capitalist discipline**: factory women in Malaysia. Albany: State University Of New York Press, 1987.
17. PAHL, Raymond Edward. **On work**: historical, comparative and theoretical approaches. Hoboken: Blackwell, 1988.
18. PARRY, Jonathan. Lords of labour: working and shirking in bhilai. **Contributions To Indian Sociology**, New Dehli, v. 33, n. 1-2, p. 107-40, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/006996679903300107>. Acesso em: 12 jul. 2022.
19. ROBERMAN, Sveta. Labour activation policies and the seriousness of simulated work. **Social Anthropology**, Cambridge, v. 22, n. 3, p. 326-339, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8676.12082>. Acesso em: 12 jul. 2022.
20. SAHLINS, Marshall David. **Stone Age economics**. London: Tavistock Publications, 1974.
21. STANDING, Guy. **The precariat**: the new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.
22. THOMPSON, Edward Palmer. Time, work discipline and industrial capitalism. **Past And Present**, Oxford, n. 38, pp. 56-97, 1967. Disponível em: <https://academic.oup.com/past/article-abstract/38/1/56/1454624?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 12 jul. 2022.
23. WEBER, Max; TALCOTT, Parsons. **The Protestant ethic and the spirit of capitalism**. London: Routledge, 1992 [1905].
24. WOLF, Diane. **Factory daughters**: gender, household dynamics, and rural industrialization in Java. Berkley: University of California Press, 1992.

LEITURAS RECOMENDADAS

1. APPLEBAUM, Herbert. **Work in non-market and transitional societies**. Albany: SUNY Press, 1984.
2. BLIM, Michael. Introduction: the emerging global factory and anthropology. *In*: ROTHSTEIN, Frances; BLIM, Michael. **Anthropology and the Global Factory: Studies of the New Industrialization in the Late Twentieth Century**. Westport: [s.n], 1992. p. 1-30.
3. BRAVERMAN, Harry. **Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century**. New York; London: Monthly Review Press, 1974.
4. DUNN, Elizabeth Cullen. **Privatizing Poland: baby food, big business, and the remaking of labor**. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
5. DURKHEIM, Emile. **The division of labor in society**. New York: Simon and Schuster, 2014.
6. DURRENBERGER, Paul; MARTÍ, Judith. **Labor in cross-cultural perspective**. Lanham: Rowman Altamira, 2005.
7. EDGEELL, Stephen. **The sociology of work: continuity and change in paid and unpaid work**. London: Sage, 2011.
8. GAMST, Frederick. **Meanings of work: Considerations for the twenty-first century**. Albany: SUNY Press, 1995.
9. KONDO, Doriene. **Crafting selves: power gender and discourses of identity in a Japanese workplace**. Chicago: Chicago University Press, 1990.
10. LEACOCK, Eleanor; SAFA, Helen. **Women's work: development and the division of labor by gender**. [S.l.]: Granby Bergin & Garvey, 1986.
11. LEE, Ching Kwan. **Gender and the south China miracle: two worlds of factory women**. Berkeley: University of California Press, 1998.
12. MOLLONA, Massimiliano. **Made in Sheffield: an ethnography of industrial work and**

- politics. New York: Berghahn Books, 2009.
13. NASH, June. **We eat the mines, and the mines eat us: dependency and exploitation in Bolivian tin mines.** New York; Guildford: Columbia University Press, 1979.
 14. NGAI, Pun. **Made in China.** Women factory workers in a global workplace. Durham and London: Duke University Press, 2005.
 15. POSPISIL, Leopold. **Kapauku Papuans and their law.** New Haven: Human Relations Area Files Press, 1964.
 16. SCHWARTZMAN, Helen. **Ethnography in organizations.** Newbury Park: SAGE Publishing, 1993.
 17. SILVER, Beverly. **Forces of labor: workers' movements and globalization since 1870.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
 18. ORTIZ, Sutti. Laboring in the factories and in the fields. **Annual Review of Anthropology**, Redwood City, v. 31, p. 395-417, 2002. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.31.031902.161108>. Acesso em: 12 jul. 2022.
 19. YANAGISAKO, Sylvia Junko. **Producing culture and capital: family firms in Italy.** Princeton: Princeton University Press, 2002.
 20. YELVINGTON, Kevin. **Producing power: ethnicity, gender, and class in a Caribbean workplace.** Philadelphia: Temple University Press, 1995.

Eeva Kesküla

Professora associada na School of Humanities da Tallinn University. Doutora em antropologia social pelo Goldsmiths College da University of London e mestre pelo Department of Sociology and Social Anthropology da European University. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5359-5584>. E-mail: eeva.keskula@tlu.ee

Cristina Teixeira Marins

Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e mestre em antropologia pela Universidade Federal Fluminense e mestrado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Contemporânea, pela Université Paris Descartes. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9016-8215>. E-mail: cristinamarins@forum.ufrj.br